

Caminhos para a superação da economia geradora de pobreza e desigualdades

Thomas Selemane, PhD
Economista

Visão: para onde deve ir Moçambique nos próximos 50 anos?

Visão 2050: fome zero; água potável e energia para todos; cidadania (identificação gratuita); urbanização e manutenção da unicidade do Estado.

Princípios: (i) Estado desenvolvimentista, íntegro e inclusivo; (ii) integração territorial (ligações intra/inter-provinciais); (iii) política industrial activa e verde orientada para o combate à fome e à desnutrição; (iv) condicionalidade social para megaprojetos – sem ligações económicas não há exploração de recursos – um mega-projecto, uma cidade; (v) transparência e participação social.

Objectivos: 1) acabar com a fome e a desnutrição; 2) garantir água potável e energia para todos; 3) implantar infra-estrutura para ligações intra e inter-provinciais e 4) garantir a continuidade de Moçambique uno e indivisível.

Os caminhos para a superação desta economia que gera pobreza e desigualdades

Caminho 1 — Transformação Estrutural (Territorial e Produtiva)

- 1) Reorientar os actuais corredores (Maputo, Beira, Nacala) do “hinterland-serving” para “Mozambique-serving” com metas de conteúdo local e parques agro-industriais.
- 2) Desenvolver ligações entre as zonas de produção alimentar e os principais centros urbanos; garantir agro-processamento local.
- 3) Revisitar a cadeia de valor de cada mega-projecto para identificar oportunidades de bens e serviços para o empresariado nacional produtivo, não nhonguista.

Medidas imprescindíveis:

- i. O Estado e seus dirigentes (ranchos) compram até 80% de produtos alimentares nacionais – produção local.
- ii. Altos dirigentes do Estado só usam serviços públicos: escolas e hospitais (ninguém deve administrar o que não consome)

- iii. Nenhum produto é exportado sem processamento
- iv. Não à importação de produtos alimentares da cesta básica

Caminho 2 — Transformação Funcional do Estado (Benefícios e Serviços)

- i. **Reconfigurar o fundo soberano** – expandir para outros recursos; remodelar a proporção de 60%-40% passar para 80% no OE e 20% aplicações financeiras e reservas;
- ii. **Reorientar a dívida pública** – só se contrai nova dívida para projectos de desenvolvimento (alimentação, educação, saúde, água e energia);
- iii. **Reestruturar o sector empresarial do Estado** – extinguir o IGEPE, profissionalizar todos os CA com concursos públicos nacionais e internacionais – renovação de mandato mediante alcance de objectivos positivos;
- iv. **Recuperar todos os activos desviados do Estado** e guardados dentro e fora do país.
- v. **Criar banco de desenvolvimento/Implementar o FDEL?** Só se for para resolver os problemas mencionados – fome/desnutrição, água potável, energia e estradas secundárias e terciárias. Com produtores locais conhecidos, com provas dadas. Se for para ter um “BNI 2” ou novo “7 milhões”, será contraproducente.
- vi. **Inverter o sistema de benefícios do maior agente económico (Estado) com um triângulo de funcionários beneficiários dos sectores da (i) educação; (ii) saúde; (iii) forças de defesa e segurança** – e não ministros, deputados, secretários de Estado, governadores ou outros dirigentes superiores do Estado. Os benefícios devem incluir, mediante definição das categorias beneficiárias: isenção de propinas para os filhos e seus dependentes até à conclusão do primeiro grau universitário; assistência médica e medicamentosa total; isenção na aquisição de bens duráveis, subsídio na aquisição de casas.

Medidas imprescindíveis:

- i. Quer ser dirigente do Estado/deputado/edil? Vai ter que usar serviços públicos: educação e saúde; *férias no estrangeiro?* Só com prévia declaração da origem dos fundos
- ii. Não há alienação de bens móveis e imóveis do Estado.
- iii. As declarações de bens devem ser públicas.
- iv. Não há isenções fiscais para altos dirigentes do Estado, somente para professores, pessoal de saúde, agentes das FDS e PME's de produção alimentar, agro-processamento e formação técnico-profissional.